

Finanças públicas em Moçambique: passado, presente e futuro

Public finance in Mozambique: past, present and future

Raúl de Miguel Benjamim Jofrisse Nhamitambo¹

RESUMO

Em Moçambique, as finanças públicas continuam a enfrentar desafios significativos que impactam diretamente o desenvolvimento económico e social do país. Entre esses desafios, destaca-se a necessidade urgente de melhorias em áreas críticas, tais como transparência das contas públicas, gestão da dívida pública e o combate à corrupção. A falta de transparência nas contas públicas moçambicanas tem sido uma preocupação recorrente, com relatos de falta de prestação de contas adequada por parte do governo e dificuldade de acesso a informações financeiras detalhadas. Esse cenário dificulta a avaliação efetiva do uso dos recursos públicos e mina a confiança dos cidadãos nas instituições governamentais. Além disso, Moçambique enfrentou desafios significativos relacionados à gestão da dívida pública, incluindo empréstimos não divulgados e insustentáveis. Essa situação levou a uma crise da dívida que exigiu intervenção do Fundo Monetário Internacional (FMI) e de outros parceiros internacionais, evidenciando a necessidade de uma gestão mais responsável e transparente dos recursos financeiros do país. Outro desafio é a persistência da corrupção, mina os esforços para promover o desenvolvimento socioeconómico e prejudica a eficácia das políticas públicas. Mas também, mina a confiança dos cidadãos nas instituições democráticas e no Estado de Direito.

Palavras-chave: Finanças públicas, contas públicas, gestão da dívida pública e o combate à corrupção.

ABSTRACT

In Mozambique, public finances continue to face significant challenges that directly impact the country's economic and social development. Among these challenges, the urgent need for improvements in critical areas stands out, such as transparency of public accounts, management

¹ Doutor em Ciências Jurídicas, pela Universidade Para La Cooperación Internacional México (UCIMEXICO) – México (2020); Mestre em Assessoria Jurídica de Empresas, pela Universidad a Distancia de Madrid (UDIMA) - Madrid (2016); Licenciado Ciências Jurídicas e Investigação Criminal, pelo extinto Instituto Superior de Ciências e Tecnologia Alberto Chipande (ISCTAC) – Beira (2011); Advogado e Membro da Ordem dos Advogados de Moçambique (desde Abril de 2018); Professor Auxiliar de Direito das Tecnologias de Informação e Comunicações (Direito das TIC's) – na Universidade Joaquim Chissano (UJC) – Maputo (desde Fevereiro de 2020), no Curso de Licenciatura em Engenharia de Tecnologias e Sistemas de Informação; Professor Auxiliar de Direito Administrativo e Noções de Direito Administrativo – na Universidade Pedagógica de Maputo (UP - Maputo), nos Cursos de Licenciaturas em Gestão de Recursos Humanos e Gestão Pública e Educacional; Técnico Superior de Assistência Jurídica – Gabinete Jurídico (UP - Maputo); Docente Universitário de Introdução ao Direito, Direito Administrativo I e II e, Direito de Trabalho, nos Cursos de Licenciatura em Direito, Contabilidade e Auditoria e, Administração Pública e Autárquica – no Instituto Superior Maria Mãe de África (ISMMA); Professor Auxiliar no Instituto Superior de Contabilidade e Auditoria de Moçambique (ISCAM), leccionando a disciplina Complementos de Fiscalidade no Curso de Mestrado em Auditoria; Autor, Revisor, Avaliador Externo e Parecista na Revista Científica Multidisciplinar O Saber (desde II Semestre de 2024); Autor, Avaliador e Parecista na Revista Multidisciplinar RECIMA21 (desde I Semestre de 2025) e na Revista Internacional Consinter de Direito (Conselho Internacional de Estudos Contemporâneos em Pós-Graduação – CONSINTER), desde II Semestre de 2025 e Organizador da Editora Científica Digital (Desde I Semestre de 2025). Matola – Maputo.

ORCID: 0009-0006-4118-1970. nhamitambo@gmail.com.(+258) 872058783/847417800.

of public debt and the fight against corruption. The lack of transparency in Mozambican public accounts has been a recurring concern, with reports of a lack of adequate accountability by the government and difficulty in accessing detailed financial information. This scenario makes it difficult to effectively assess the use of public resources and undermines citizens' trust in government institutions. Furthermore, Mozambique faced significant challenges related to public debt management, including undisclosed and unsustainable borrowing. This situation led to a debt crisis that required intervention by the International Monetary Fund (IMF) and other international partners, highlighting the need for more responsible and transparent management of the country's financial resources. Another challenge is the persistence of corruption, which undermines efforts to promote socioeconomic development and undermines the effectiveness of public policies. But it also undermines citizens' trust in democratic institutions and the rule of law.

Keywords: Public finances, public accounts, public debt management and the fight against corruption.

INTRODUÇÃO

O presente artigo se propõe a analisar o panorama das finanças públicas em Moçambique, examinando seu passado, presente e perspectivas futuras. Ao longo das últimas décadas, Moçambique tem enfrentado uma série de desafios e oportunidades em relação à gestão fiscal, transparência, desenvolvimento económico e social, bem como sua integração na economia global.

Exploraremos as principais características das finanças públicas moçambicanas em períodos históricos distintos, desde sua independência até os dias atuais, destacando eventos significativos que moldaram sua trajetória. Além disso, examinaremos criticamente os desafios enfrentados pelo país no presente, incluindo questões como endividamento público, transparência na gestão financeira, distribuição de recursos e a eficácia das políticas fiscais.

Ao olhar para o futuro, consideraremos as perspectivas e as estratégias que Moçambique pode adotar para fortalecer suas finanças públicas e promover um desenvolvimento económico e social sustentável. Isso incluirá uma análise das reformas em curso, bem como possíveis áreas de intervenção e cooperação internacional que podem ajudar a impulsionar a eficiência e a eficácia da gestão fiscal moçambicana.

As sociedades modernas se firmam na democracia, sendo que um dos seus pilares é o que se chama Estado de Direito. Do Estado de Direito Democrático; artigo 3 (*da Constituição da República de Moçambique (CRM) Lei n.º 1/2018 de 12 de Junho*), emanam vários princípios

que norteiam a governação das nações. Importando referir que esses princípios na sua maioria estão consagrados na constituição.

É da constituição, lei mãe, que toda e qualquer governação busca o seu fundamento e funcionamento. Tendo como princípio de exercício do poder o *checks and balances*, donde emana a separação dos poderes executivo, do poder legislativo e do poder judicial embora exista uma interdependência entre os três; artigo 134 da CRM. Decorrente deste facto, que os cidadãos tenham Direitos, Liberdades e Garantias Individuais corporizados nos artigos 35 a 95 da CRM. Neste processo, o governo tem o ónus de fazer com que estes direitos, liberdades e garantias individuais cheguem ao cidadão comum. Para tal, o governo necessita de se fazer munir de recursos para esse fim, e como tal precisa de financiar e fazer a gestão dos mesmos, é daqui que surgem as Finanças Públicas.

Sendo o tema deste trabalho, Finanças Públicas, Passado, Presente e Futuro, vamos nos ater em exclusivo nas Finanças Públicas onde trataremos do conceito, na forma, sua funcionalidade no passado, no presente e numa perspectiva futurista.

Para este propósito, julgamos ser necessário dividir não só no tempo, mas também nas etapas evolutivas da edificação e consolidação do sistema governativo da República de Moçambique e, só assim, julgamos pode fazer um trabalho com o mínimo de detalhe para se compreender o ontem, o hoje e perspectivar o amanhã das Finanças Públicas em Moçambique.

A divisão será, a primeira república em que imperava o mono-partidarismo, vamos tentar fazer um traço das Finanças Públicas dessa era considerada o passado ou o ontem de 1975 a 1990 (importa referir que existe pouca literatura sobre esta era). Tendo havido de 1990 a 1994 um período que consideramos de transição em de muitas coisas, o próprio regime de governação se confundia entre o socialismo e o capitalismo a que chamaremos de período de transição, neste período, não iremos apresentar juízos de valor nem opinião porque as dinâmicas administrativas eram muito voláteis, aplicaram-se vários modelos desde o PRE (Plano de Recuperação Económica) PPI (Plano Perspectivo Indicativo) e tantos outros ensaios de revitalização da economia nacional, alguns sem sucessos e outros sem sucesso.

Na Segunda República em que vigora o pluralismo, ou seja, o multi-partidarismo considerado o presente, ou seja o hoje, que decorre de 1994 a 2024, e o amanhã, em que o marco histórico será da vigência do fundo soberano diante ou mais concretamente de 2025 para diante, tentando

colocar um freio até 2028 ano em que se espera a consolidação da União Africana através da introdução de uma moeda única na África (*in tratado de Abuja em 3 de Junho de 1991 e que entrou em vigor em 12 de Maio de 1994 artigo 6 números 1 e 2 alínea f) (iii)*), o que concorrerá para que os sistemas económicos, tributários, políticos e outros conheçam alterações significativas e de monta.

Em suma, este trabalho busca fornecer uma compreensão abrangente das finanças públicas em Moçambique, destacando os desafios e progressos, os problemas contemporâneos e as perspectivas futuras, com o objetivo de contribuir para o debate e para a formulação de políticas que promovam o desenvolvimento sustentável e inclusivo do país.

MARCO TEÓRICO

Segundo Castel-Branco (2015), Finanças Públicas em Moçambique refere-se à gestão dos recursos financeiros do governo moçambicano para financiar suas atividades e projetos destinados ao desenvolvimento económico e social do país. Isso inclui a arrecadação de receitas, o planejamento e execução do orçamento público, o controle de despesas e o gerenciamento da dívida pública.

- **Arrecadação de Receitas:** Moçambique obtém receitas por meio de várias fontes, incluindo impostos, taxas, tarifas, royalties de recursos naturais, doações e empréstimos. A diversificação das fontes de receita é importante para reduzir a dependência de uma única fonte e garantir a estabilidade fiscal.
- **Orçamento Público:** O orçamento público é o instrumento central da política fiscal e reflete as prioridades do governo em termos de alocação de recursos. Moçambique elabora um orçamento anual que define as despesas planejadas em diferentes setores, como saúde, educação, infraestrutura, entre outros.
- **Controle de Despesas:** É fundamental monitorar e controlar as despesas públicas para garantir que os recursos sejam utilizados de forma eficiente e eficaz.

1. Conceito de Finanças Públicas

Segundo Silva (2018)

“As finanças públicas compreendem a captação, a gestão e a gestão de recursos pelo Estado para financiamento de suas atividades. A captação de recursos pelo Estado é feita principalmente por meio da tributação, isto é, a atividade governamental que visa subtrair coercitivamente uma parcela dos recursos da sociedade.”

Segundo Wate (2004)

“Por finanças públicas designa-se a realidade económica de um ente público, ou com funções públicas, tendente a afectar bens à satisfação de necessidades que lhe estão confiadas ou, dito doutro modo, e aproximadamente, as finanças públicas referem-se à aquisição e utilização de meios financeiros pelas entidades públicas que incluem o Estado, as autarquias e entidades para-estaduais.”

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as finanças públicas podem ser definidas como:

“Compreende as informações sobre execução orçamentária das administrações públicas federal, estadual e municipal e resultados das empresas públicas, abrangendo detalhamento de contas de receita e despesa, fluxos de caixa, ativo e passivo, entre outros aspectos.”

Decorrendo das definições acima apresentadas e tendo em mente a tentativa de demonstrar entendimento sobre as matérias em estudo, sintetizamos o conceito nos seguintes termos:

Tomando em consideração o doutrinário, a designação Finanças Públicas, incorporam dois sentidos, o orgânico e funcional. Ora, se assim é, julgamos não ser suficiente apenas debruçar-se sobre o conceito só e somente só no sentido funcional, a não ser que a suficiência da definição se sobreponha à dicotomia da suficiência e necessidade que as ciências impõem aos seus conceitos pois, por vezes não basta que seja apenas suficiente é em algum momento requerida a necessidade daí que muitas definições incorporem a necessidade e a suficiência, este é o caso do conceito abaixo, apresentaremos onde, a

necessidade incorpora o lado orgânico da definição e a suficiência incorpora o lado funcional da definição.

Assim:

“Finanças Públicas são o conjunto de órgãos e actividades do governo que visam colectar e afectar recursos para a prossecução dos seus objectivos de governação em prol do bem-estar social.”

Embora esta pesquisa não seja da área de economia, é preciso compreender estes conceitos.

As Finanças Públicas, debatem-se também com o dilema dos recursos serem escassos, mas, as necessidades sempre ilimitadas.

Segundo Samuelson (1990)

“Qualquer discussão sobre qualquer fenómeno económico, estendendo-se às Finanças Públicas não deve estar dissociada desta verdade económica e social absoluta sobre a escassez dos recursos enquanto as necessidades são ilimitadas.”

Diversificação Económica

Segundo Rosário (2016), Reduzir a dependência dos recursos naturais é essencial para a sustentabilidade das finanças públicas e o desenvolvimento de longo prazo. Investir em setores como agricultura, turismo, indústria e serviços pode gerar empregos, aumentar a arrecadação e tornar a economia mais resiliente. às flutuações dos preços das commodities. Ao diversificar a base económica, um país pode mitigar os riscos associados à volatilidade dos mercados de commodities e reduzir sua vulnerabilidade a choques externos. Por exemplo, um país que depende fortemente da exportação de petróleo pode enfrentar sérios desafios quando os preços do petróleo caem no mercado internacional. Além disso, a diversificação económica pode promover um desenvolvimento mais equilibrado e inclusivo, distribuindo os benefícios económicos de forma mais ampla entre diferentes setores da sociedade. Por exemplo, investir

em agricultura pode beneficiar as comunidades rurais, enquanto o desenvolvimento do setor de serviços pode criar oportunidades para jovens em áreas urbanas.

No entanto, a diversificação económica não acontece da noite para o dia e requer um planeamento cuidadoso, investimentos estratégicos e políticas públicas eficazes. Isso pode incluir incentivos fiscais para atrair investimentos em setores-chave, programas de capacitação para a força de trabalho e parcerias público-privadas para promover a inovação e o empreendedorismo. Além disso, é importante considerar os impactos ambientais e sociais da diversificação económica, garantindo que o crescimento económico seja sustentável e inclusivo a longo prazo. Isso pode envolver a adoção de práticas agrícolas sustentáveis, o desenvolvimento de turismo responsável e a promoção de indústrias limpas e de baixo carbono, a diversificação económica é crucial para promover o crescimento sustentável, reduzir a vulnerabilidade a choques externos e criar uma economia mais resiliente e inclusiva. Ao investir em uma variedade de setores, os países podem construir uma base económica sólida que beneficie a todos os segmentos da sociedade.

Gestão Responsável da Dívida

De acordo com Castel-Branco (2017), O governo precisa adotar uma gestão prudente da dívida pública, buscando reestruturar a dívida existente e evitando o endividamento excessivo. É crucial garantir que os recursos provenientes de empréstimos sejam utilizados de forma transparente e eficiente em projetos que promovam o desenvolvimento sustentável.

Neste caso Moçambique devera considerar uma abordagem holística e sustentável, considerando diversos aspectos económicos, sociais e ambientais. Aqui estão algumas diretrizes que poderiam ser consideradas:

- **Planejamento de Longo Prazo:** O governo de Moçambique deve adotar uma abordagem de planejamento de longo prazo ao contrair dívidas. Isso significa considerar não apenas as necessidades imediatas de financiamento, mas também os impactos de longo prazo sobre a capacidade de pagamento e a sustentabilidade fiscal do país.
- **Diversificação das Fontes de Financiamento:** Para reduzir a dependência de empréstimos externos, Moçambique pode buscar diversificar suas fontes de financiamento, explorando

alternativas como parcerias público-privadas, investimentos diretos estrangeiros e o desenvolvimento de mercados financeiros domésticos.

- **Transparência e Prestação de Contas:** É essencial garantir a transparência e a prestação de contas na gestão da dívida pública. Isso inclui a divulgação completa e oportuna de informações sobre os termos e condições dos empréstimos, bem como o uso dos recursos obtidos, para garantir que sejam direcionados para projetos que beneficiem as gerações futuras.
- **Avaliação de Impacto Socioeconómico:** Antes de contrair novas dívidas, Moçambique deve realizar avaliações de impacto socioeconómico para garantir que os projetos financiados gerem benefícios tangíveis para as gerações futuras. Isso pode incluir análises de custo-benefício, avaliações de sustentabilidade ambiental e considerações sobre a inclusão social e a redução da desigualdade.
- **Gestão Eficiente e Efetiva dos Recursos:** Os recursos provenientes de empréstimos devem ser geridos de forma eficiente e eficaz para maximizar seu impacto a longo prazo. Isso envolve a implementação de práticas sólidas de gestão financeira e o estabelecimento de mecanismos de supervisão e controle para garantir que os recursos sejam utilizados de forma produtiva e responsável.
- **Investimentos em Desenvolvimento Sustentável:** Priorizar investimentos em projetos que promovam o desenvolvimento sustentável é fundamental para garantir um futuro próspero para as gerações futuras. Isso inclui infraestrutura resiliente ao clima, educação de qualidade, saúde acessível, desenvolvimento rural e políticas de proteção ambiental.
- **Planejamento de Riscos e Resiliência:** Moçambique enfrenta desafios significativos, como mudanças climáticas, volatilidade económica e choques externos. Portanto, é crucial incorporar considerações de risco e resiliência na gestão da dívida, para garantir que o país esteja preparado para lidar com contingências imprevistas e proteger o bem-estar das gerações futuras.

Fortalecimento da Arrecadação Tributária

Segundo Castel-Branco (idem), Ampliar a base tributária, combater a evasão fiscal e melhorar a eficiência da administração tributária são medidas essenciais para aumentar a

arrecadação e financiar serviços públicos de qualidade. Essas ações combinadas permitirão ao governo mobilizar mais recursos internos, reduzir a dependência de financiamento externo e investir em áreas prioritárias como educação, saúde, infraestrutura e proteção social.

Pode-se expandir a base tributaria ampliando mais indivíduos e empresas no sistema tributário, aumentando o numero de contribuentes e a qualidade de renda sujeita a tributação. Ao implementar essas medidas para expandir a base tributaria, combater a evasão fiscal e melhorar a eficiência da administração tributaria, Moçambique pode aumentar a arrecadação e financiar serviços públicos de qualidade, impulsionando o desenvolvimento económico e social do país e melhorando a vida da sua população.

Transparência e Boa Governança

A transparência na gestão das finanças públicas e o combate à corrupção são fundamentais para restaurar a confiança dos investidores e doadores internacionais e para garantir que os recursos públicos sejam utilizados para o benefício da população.

A promoção da transparencia e boa governança é essencial para o desenvolvimento sustentável de moçambique. A implementação de medidas para aumentar o acesso à informação, a participação publica, o controlo e a responsabilização, bem como o combate à corrupção, contribuirá para uma gestão mais eficiente e responsável dos recursos públicos, fortalecendo a confiança nas instituições e promovendo o crescimento económico inclusivo e sustentável.

Aqui esta como esses princípios podem ser aplicados considerando para o melhoramento dessas finanças:

- **Acesso à informação:** Em Moçambique, garantir o acesso aberto e fácil à informação pode ser especialmente importante para combater a corrupção e promover a prestação de contas. Isso envolve a implementação de políticas que garantam a transparência nos processos de licitação, contratação pública e gestão de recursos naturais, como gás e mineração. Além disso, o governo pode investir em tecnologias de informação para disponibilizar informações de forma acessível e compreensível para os cidadãos, especialmente em áreas rurais onde o acesso à informação pode ser limitado.

- **Prestação de contas:** Moçambique pode fortalecer as instituições de prestação de contas, como o Tribunal Administrativo e o Gabinete Central de Combate à Corrupção (GCCC), garantindo que tenham os recursos e a independência necessários para cumprir suas funções. Além disso, promover uma cultura de responsabilidade dentro do governo e entre os líderes políticos é essencial para garantir que eles sejam responsáveis por suas ações e decisões.
- **Participação cidadã:** Dada a diversidade étnica, linguística e cultural de Moçambique, promover a participação cidadã pode ser um desafio, mas também uma oportunidade para enriquecer o processo democrático. Isso pode envolver a criação de espaços para o diálogo e a consulta pública, a promoção da representação equitativa das mulheres e minorias étnicas na política e o fortalecimento da sociedade civil para que possa desempenhar um papel ativo no monitoramento e na avaliação das políticas governamentais.
- **Ética e integridade:** Moçambique pode fortalecer as leis e regulamentos que combatem a corrupção, o nepotismo e outros comportamentos antiéticos no governo. Isso pode incluir a implementação de códigos de conduta para funcionários públicos, a criação de agências anti-corrupção independentes e o fortalecimento dos sistemas de denúncia e proteção para aqueles que denunciam irregularidades.
- **Transparência nas finanças públicas:** Dada a importância dos recursos naturais para a economia de Moçambique, garantir a transparência nas finanças públicas, especialmente no setor de gás e mineração, é crucial. Isso pode incluir a divulgação detalhada dos contratos e pagamentos governamentais relacionados aos recursos naturais, bem como a implementação de sistemas de monitoramento e auditoria para garantir que esses recursos sejam utilizados de maneira transparente e eficaz em benefício do povo moçambicano.
- **Estado de direito:** Promover o estado de direito em Moçambique requer o fortalecimento do sistema judicial e o respeito pelos direitos humanos. Isso pode incluir a capacitação de juízes e procuradores, a melhoria do acesso à justiça para todos os cidadãos, incluindo os mais vulneráveis, e o combate à impunidade por violações dos direitos humanos e abusos de poder.

Investimento em Capital Humano

Investir em educação, saúde e infraestrutura é essencial para promover o desenvolvimento humano, criar uma força de trabalho qualificada e reduzir a pobreza e a desigualdade.

Ao investir em educação, saúde e infraestrutura, Moçambique não apenas promove o desenvolvimento humano e reduz a pobreza e a desigualdade, mas também fortalece os pilares da transparência e da boa governança. Uma população educada, saudável e com acesso a infraestrutura adequada está mais capacitada para participar ativamente na vida política e económica do país, exigir prestação de contas por parte do governo e contribuir para o crescimento e o desenvolvimento sustentável de Moçambique.

Vamos explorar um pouco mais sobre cada uma dessas áreas:

- ✓ **Educação:** Ao investir em educação em Moçambique, o país pode garantir que todas as crianças tenham acesso a uma educação de qualidade, independentemente de sua origem socioeconómico ou local de residência. Isso não só promoverá a igualdade de oportunidades, mas também ajudará a construir uma força de trabalho mais qualificada e preparada para enfrentar os desafios do mercado global. Além disso, uma população educada é fundamental para impulsionar a inovação, o empreendedorismo e o desenvolvimento económico sustentável.
- ✓ **Saúde:** Investir em saúde em Moçambique é crucial para melhorar as condições de vida e reduzir a incidência de doenças evitáveis. Isso inclui a construção e melhoria de infraestrutura de saúde, o fornecimento de serviços de saúde acessíveis e de qualidade, e o investimento em programas de prevenção e promoção da saúde. Uma população saudável é mais produtiva e resiliente, o que contribui diretamente para o desenvolvimento económico e a redução da pobreza.
- ✓ **Infraestrutura:** Melhorar a infraestrutura em Moçambique é fundamental para impulsionar o desenvolvimento económico e melhorar o acesso a serviços básicos, como água potável, eletricidade, transporte e comunicações. Isso pode incluir a construção de estradas,

pontes, portos, redes de energia e telecomunicações, bem como investimentos em infraestrutura urbana e rural. Uma infraestrutura robusta e eficiente é essencial para atrair investimentos, facilitar o comércio e promover o desenvolvimento equitativo em todo o país.

Desenvolvimento Regional Equilibrado

Promover o desenvolvimento regional equilibrado é crucial para reduzir as disparidades entre as diferentes regiões do país e garantir que todos os cidadãos tenham acesso a oportunidades e serviços públicos de qualidade.

Do ponto de vista das finanças públicas, investir no desenvolvimento regional pode ser um desafio, mas é fundamental para garantir a sustentabilidade económica a longo prazo. Isso pode envolver a alocação de recursos financeiros para infraestrutura básica, educação e treinamento profissional, incentivos fiscais para atrair investimentos para áreas menos desenvolvidas e políticas de desenvolvimento económico regional que levem em consideração as características e potenciais de cada região. Ao promover o desenvolvimento regional equilibrado, o governo não apenas contribui para a redução das disparidades sociais e económicas, mas também cria um ambiente mais favorável para o crescimento económico sustentável em todo o país. Isso pode resultar em uma base tributária mais ampla e estável, reduzindo a dependência de determinadas regiões ou setores para financiar os serviços públicos essenciais. Portanto, é uma estratégia que pode contribuir significativamente para a saúde financeira geral do país.

Promoção da Paz e Segurança

A promoção da paz e segurança em Moçambique não apenas é crucial para a estabilidade política e o bem-estar da população, mas também desempenha um papel fundamental na perspectiva financeira do país, especialmente olhando para o futuro. A estabilidade política e a segurança são fatores-chave para atrair investimentos estrangeiros diretos (IED). Empresas estrangeiras buscam ambientes onde possam operar sem medo de conflitos armados, instabilidade política ou insegurança jurídica. Ao promover a paz e segurança, Moçambique pode melhorar sua atratividade para investidores estrangeiros, resultando em influxos de capital que impulsionam o crescimento económico e geram receitas fiscais adicionais.

O conflito em Cabo Delgado representa um desafio significativo para o desenvolvimento do país. É essencial investir em esforços de paz e segurança para criar um ambiente propício ao investimento, ao crescimento económico e ao bem-estar da população. Ao promover a paz e a segurança em Cabo Delgado, Moçambique poderá criar um ambiente mais favorável ao investimento, ao crescimento económico e à estabilidade financeira no país como um todo. Isso pode resultar em um aumento das receitas fiscais, uma base tributária mais ampla, maior confiança dos investidores e uma economia mais resiliente a choques externos.

é fundamental promover a paz e a segurança em Cabo Delgado, o que por sua vez contribuirá para um ambiente económico mais estável e propício ao crescimento. Aqui estão algumas estratégias que podem ser adotadas nesse sentido:

Investimento em segurança e aplicação da lei: Alocar recursos adequados para fortalecer as capacidades das forças de segurança e da aplicação da lei em Cabo Delgado. Isso envolve treinamento, equipamento e coordenação eficaz entre as diferentes agências de segurança para combater grupos armados e garantir a segurança da população e das infraestruturas críticas.

Abordagem multidimensional para a resolução do conflito: Adotar uma abordagem abrangente que vá além das soluções militares, incluindo esforços diplomáticos, diálogo comunitário, desenvolvimento socioeconómico e reconciliação. Isso pode ajudar a resolver as causas profundas do conflito, como desigualdade, marginalização e falta de oportunidades económicas, reduzindo assim sua persistência e reincidência.

Parcerias internacionais e regionais: Trabalhar em estreita colaboração com parceiros internacionais e regionais para combater o terrorismo e o extremismo violento em Cabo Delgado. Isso pode envolver o compartilhamento de inteligência, cooperação em operações de segurança transfronteiriças e apoio para iniciativas de desenvolvimento regional que abordem as causas subjacentes do conflito.

Reconstrução e desenvolvimento pós-conflito: Após a estabilização da região, concentrar esforços na reconstrução e desenvolvimento de Cabo Delgado. Isso pode incluir investimentos em infraestrutura, educação, saúde, agricultura e outras áreas que ajudem a impulsionar o crescimento económico, criar empregos e melhorar o bem-estar das comunidades locais.

A Era dos Recursos Naturais e Novos Desafios

De acordo com Selemene (2021), A descoberta de vastas reservas de gás natural na Bacia do Rovuma e de carvão mineral em Tete transformou Moçambique em um destino atraente para investimentos estrangeiros. Esses recursos naturais atrativos transformaram o país em um destino altamente desejável para investimentos estrangeiros, gerando um grande interesse por parte de empresas multinacionais e investidores globais. Essa transformação foi impulsionada por vários fatores:

- **Potencial de Exportação e Receitas:** As reservas de gás natural e carvão mineral proporcionaram a Moçambique a oportunidade de se tornar um importante exportador desses recursos naturais. A exportação desses produtos prometeu trazer receitas significativas para o país, fortalecendo suas finanças públicas e impulsionando o crescimento económico.
- **Investimentos em Infraestrutura:** O desenvolvimento e exploração desses recursos exigiram investimentos massivos em infraestrutura, incluindo instalações de produção, portos, estradas e outras infraestruturas logísticas. Isso não só impulsionou o crescimento económico, mas também criou oportunidades de emprego e desenvolvimento em várias regiões do país.
- **Atração de Investimentos Estrangeiros Diretos (IED):** A descoberta de recursos naturais atraiu um influxo significativo de investimentos estrangeiros diretos para Moçambique. Empresas multinacionais e investidores globais buscaram participar da exploração e desenvolvimento desses recursos, trazendo consigo capital, tecnologia e expertise para o país.
- **Diversificação Económica:** A exploração dos recursos naturais ofereceu a Moçambique a oportunidade de diversificar sua economia, reduzindo sua dependência de setores tradicionais, como agricultura e mineração de pequena escala. Isso poderia ajudar a impulsionar o crescimento sustentável e criar uma base económica mais resiliente no longo prazo.

No entanto, é importante notar que a transformação impulsionada pela descoberta desses recursos naturais também trouxe desafios e questões importantes a serem consideradas, como a gestão sustentável dos recursos, a mitigação dos impactos ambientais e sociais, a transparência

na gestão dos recursos e a promoção do desenvolvimento inclusivo para garantir que os benefícios sejam compartilhados de forma equitativa por toda a população. O sucesso de Moçambique em aproveitar plenamente o potencial desses recursos dependerá em grande parte da formulação e implementação eficaz de políticas e estratégias adequadas. O país passou a ser visto como uma das economias africanas com maior potencial de crescimento.

Gestão dos Recursos e Desafios da Governança

A gestão transparente e eficaz dos recursos naturais é crucial para garantir que os benefícios cheguem à população e contribuam para o desenvolvimento sustentável. No entanto, Moçambique enfrenta desafios significativos em termos de governança, transparência e combate à corrupção.

Corrupção e Má Gestão

Segundo o FMO (2022: p. 12): “A corrupção generalizada e a má gestão dos recursos públicos representam uma barreira significativa para a implementação eficaz de políticas públicas em Moçambique. A corrupção mina a integridade das instituições governamentais, prejudica a eficiência na alocação de recursos e mina a confiança da população no governo.” Isso pode levar a uma má distribuição de recursos e à implementação inadequada de políticas destinadas a promover o crescimento económico e reduzir as desigualdades sociais.

A corrupção permeia várias esferas da sociedade moçambicana, desde altos escalões do governo até níveis locais, e afeta negativamente todas as áreas da vida pública, incluindo as finanças públicas. Os recursos destinados a programas sociais, investimentos em infraestrutura e desenvolvimento económico muitas vezes são desviados ilegalmente para beneficiar indivíduos ou grupos corruptos, em vez de serem utilizados para o bem-estar da população em geral.

Além disso, a má gestão dos recursos públicos contribui para a ineficácia das políticas públicas. A falta de transparência e prestação de contas na gestão dos fundos públicos pode levar a desperdícios, má alocação de recursos e implementação inadequada de programas e projetos. Isso resulta em um impacto limitado das políticas governamentais na promoção do crescimento

económico e na redução das desigualdades sociais, exacerbando ainda mais as disparidades existentes.

A Crise da Dívida Oculta

De acordo com Ronguane (2017), A Crise da Dívida Oculta em Moçambique foi um dos eventos mais significativos e controversos na história recente do país. Esta crise envolveu a revelação de que o governo moçambicano havia contraído empréstimos significativos e não divulgados, totalizando bilhões de dólares, com garantias soberanas, sem a devida aprovação parlamentar ou transparência.

A crise teve início em 2013, quando o governo moçambicano contratou empréstimos secretos de instituições financeiras internacionais para financiar projetos de desenvolvimento, incluindo investimentos em infraestrutura e segurança. Esses empréstimos não foram divulgados ao parlamento ou à comunidade internacional. Em 2016, a revelação de empréstimos ocultos contraídos por empresas estatais abalou a confiança dos investidores e dos parceiros internacionais. A dívida oculta gerou uma crise económica e política, com impacto negativo sobre as finanças públicas e o desenvolvimento do país.

Como resultado da crise, Moçambique foi forçado a renegociar sua dívida com os credores internacionais. Em 2019, o país chegou a um acordo de reestruturação da dívida, que envolveu a redução dos pagamentos de juros e o prolongamento dos prazos de reembolso. No entanto, a reestruturação da dívida também teve impactos negativos na economia, incluindo cortes nos gastos públicos e aumentos de impostos. A crise da dívida oculta destacou a necessidade de reformas institucionais e de governança em Moçambique. O governo se comprometeu a melhorar a transparência e a prestação de contas, fortalecer as instituições de controle e combater a corrupção. No entanto, a implementação dessas reformas tem sido desafiadora e continua sendo um processo em andamento.

Inclusão e Participação Limitadas

A falta de inclusão e participação da sociedade civil e de grupos marginalizados na formulação e implementação de políticas públicas também é um desafio significativo. Sem uma consulta

adequada e participação dos cidadãos, as políticas correm o risco de serem desconectadas das necessidades e realidades da população, o que pode levar à implementação inadequada e à falta de eficácia.

Segundo TIMBANE (2017: p.115) “A maior parte da população fica privada de usufruir das políticas públicas porque grande parte das decisões não chegam a satisfazer os interesses da população. Poucas vezes a população é ouvida e atendida.”

Há necessidade de garantir maior participação dos cidadãos e da sociedade civil no geral, criando debates e consultas que tenham a ver com a melhoria do sistema financeiro moçambicano e portanto das políticas públicas.

Nesse sentido explica TIMBANE (2017: p.116) que:

“As reformas políticas, económicas e sociais caracterizadas pela liberalização económica e política que tinham em vista a modernização do estado moçambicano para torná-los mais eficientes e mais próximas dos cidadãos, levaram ao movimento da descentralização das políticas públicas e administrativas em Moçambique desde 1988. Foi neste contexto que surgiu a abertura para participação dos cidadãos no processo de governança em Moçambique.”

Apesar de a nível legal haver admissibilidade da participação dos cidadãos em debates sobre questões da sociedade incluindo debates das finanças públicas, na prática não se verifica tal liberdade, derivada da falta de publicidade das contas públicas e transparência na actualidade.

Fragilidades no Sistema Tributário

As fragilidades no sistema tributário de Moçambique representam um desafio significativo para a eficácia das políticas públicas, especialmente no que diz respeito à mobilização de recursos fiscais para promover o crescimento económico e reduzir as desigualdades sociais. Essas fragilidades incluem a evasão fiscal, a informalidade económica e a dependência excessiva de alguns setores para a arrecadação de impostos.

Explica FMO (2022: p. 14) que, ” a evasão fiscal é um problema sério que reduz a receita do governo e prejudica a capacidade de financiar políticas públicas essenciais. Muitas empresas e indivíduos evitam o pagamento de impostos através de práticas fraudulentas, como a subdeclaração de renda ou a manipulação de registros contábeis.” Isso priva o governo de recursos vitais que poderiam ser investidos em educação, saúde, infraestrutura e outros setores fundamentais para o desenvolvimento económico e social.

Além disso, a informalidade económica é generalizada em Moçambique, o que significa que muitas atividades económicas ocorrem fora do âmbito regulatório e não contribuem adequadamente para o sistema tributário. Isso reduz a base tributária do governo e cria desigualdades entre empresas formais e informais, já que estas últimas muitas vezes escapam das obrigações fiscais.

Outra fragilidade no sistema tributário é a dependência excessiva de um pequeno número de setores para a arrecadação de impostos. Isso torna o governo vulnerável a flutuações nos preços de commodities e mudanças nas condições de mercado, afetando sua capacidade de arrecadar receitas consistentes ao longo do tempo.

Essas fragilidades no sistema tributário limitam a capacidade do governo de mobilizar recursos para investimentos em infraestrutura, serviços sociais e outras áreas prioritárias. Para enfrentar esses desafios, são necessárias reformas abrangentes no sistema tributário, incluindo medidas para combater a evasão fiscal, formalizar a economia informal e diversificar as fontes de receita fiscal. Somente através de um sistema tributário mais justo, eficiente e abrangente, Moçambique poderá fortalecer suas finanças públicas e promover um crescimento económico mais sustentável e inclusivo.

Capacidade Institucional Limitada

A capacidade institucional limitada é um dos principais obstáculos enfrentados pela implementação eficaz de políticas públicas em Moçambique. Essa limitação abrange diversos aspectos, desde a falta de recursos humanos qualificados até a infraestrutura inadequada e os processos burocráticos ineficientes.

Em primeiro lugar, a escassez de recursos humanos qualificados é uma questão crítica. O país enfrenta desafios na formação e retenção de profissionais capacitados em áreas-chave, como economia, administração pública e gestão financeira. A falta de expertise nessas áreas dificulta a formulação de políticas fiscais e orçamentárias sólidas, bem como sua implementação efetiva.

Além disso, a infraestrutura inadequada também representa um desafio significativo. Muitas vezes, as instituições governamentais em Moçambique enfrentam problemas de falta de acesso a tecnologias adequadas, sistemas de informação desatualizados e instalações físicas precárias. Isso dificulta a coleta, análise e utilização de dados relevantes para informar o processo de formulação e implementação de políticas.

Segundo (SIÚTA, 2021: p. 34)

“Os processos burocráticos ineficientes são outro ponto de preocupação. O excesso de burocracia e a falta de agilidade nos procedimentos governamentais podem retardar significativamente a implementação de políticas, levando a atrasos e desperdício de recursos. Isso pode minar a eficácia das políticas fiscais e orçamentárias, comprometendo seus objetivos de promover o crescimento económico e reduzir as desigualdades sociais.”

Em suma, a capacidade institucional limitada do governo em Moçambique representa um grande desafio para a implementação eficaz de políticas públicas, incluindo políticas fiscais e orçamentárias. Superar essa limitação exigirá investimentos significativos na formação de recursos humanos, melhoria da infraestrutura e simplificação dos processos burocráticos, a fim de fortalecer as instituições governamentais e aumentar sua capacidade de formular e implementar políticas de forma eficaz e eficiente.

Análise a Eficácia das Políticas Fiscais e Orçamentárias em Moçambique

Desde a independência de Moçambique em 1975, o país tem enfrentado desafios significativos no que diz respeito à eficácia das políticas fiscais e orçamentárias para promover o crescimento económico e reduzir as desigualdades sociais. Uma análise abrangente desse período revela que

as políticas implementadas pelo governo muitas vezes não conseguiram atingir esses objetivos de maneira satisfatória.

Como explica FOMO (2022: p.8):

“Um dos principais obstáculos tem sido a capacidade limitada do governo de fiscalizar efetivamente o mercado formal. Isso resultou em uma proliferação do setor informal na economia, onde muitos comerciantes operam sem pagar impostos ou cumprir regulamentações adequadas. Essa informalidade cria um ambiente desigual, onde os negócios formais são prejudicados por concorrência desleal e o Estado perde receitas fiscais importantes que poderiam ser direcionadas para programas sociais e de desenvolvimento.”

Além disso, a fraca exploração dos recursos naturais de Moçambique em benefício do Estado e de seu povo tem sido uma preocupação persistente. Embora o país seja rico em recursos como gás natural, carvão e minerais, a falta de políticas eficazes de gestão e distribuição desses recursos tem limitado seu potencial para impulsionar o crescimento económico e reduzir as desigualdades sociais. Muitas vezes, esses recursos são explorados por empresas estrangeiras, deixando pouco benefício tangível para a população local.

Ao longo das décadas, a falta de progresso na redução das desigualdades sociais e na promoção do crescimento económico tem sido uma fonte de frustração e descontentamento para muitos moçambicanos. As políticas fiscais e orçamentárias falharam em abordar as disparidades de renda e oportunidade que persistem no país, contribuindo para uma sensação de marginalização e exclusão entre os segmentos mais vulneráveis da população.

Um dos problemas que evidencia as ineficácia e ineficiência das políticas a nível das finanças públicas é a problemática do PIB.

Explica o FMO (2022: p.10) “No entanto, em Moçambique, o fraco desempenho das finanças públicas muitas vezes se reflete em distorções no PIB, que não reflete totalmente a realidade e as potencialidades da economia do país. Isso cria uma estrutura na interpretação do crescimento económico, levando a conclusões enganosas sobre a saúde financeira e o progresso do país.”

Segundo o FMO (idem) “O fraco desempenho das finanças públicas traduz-se em uma estrutura do PIB não muito encorajadora por não reflectir a realidade e as potencialidades da economia moçambicana quebrando qualquer lógica económica de um crescimento sustentável inclusivo a longo prazo.”

É importante que o país tenha uma boa e organizada estrutura fiscal ao ponto de, em casos urgentes, possa conseguir solucionar sem manter dependência internacional a nível financeiro, tal como sucedeu em Fevereiro de 2021 quando “e o Governo de Moçambique solicitou à comunidade internacional um total de 700 milhões de dólares para poder lidar com os efeitos da pandemia na economia, especificamente com vista a: (a) implementar políticas fiscais, tais como a isenção temporária de impostos, por forma a apoiar as famílias e o sector de saúde ; e (b) aumentar os gastos em resposta à crise sanitária e necessidades humanitárias, incluindo altos gastos com bens e serviços de saúde e os programas de transferência financeira.” (SIÚTA, 2021: p.129)

Diante desse cenário, torna-se evidente a necessidade de uma revisão abrangente das políticas fiscais e orçamentárias de Moçambique. Isso inclui medidas para fortalecer a capacidade de fiscalização do mercado formal, incentivar a formalização da economia informal, e garantir uma exploração equitativa e sustentável dos recursos naturais do país. Somente através de uma abordagem mais inclusiva e equitativa, o governo de Moçambique poderá verdadeiramente promover o crescimento económico e reduzir as desigualdades sociais para o benefício de todos os seus cidadãos.

METODOLOGIA

O método a utilizar neste trabalho é o método dedutivo uma vez que não foi possível realizar inquéritos nem outro tipo de pesquisas de campo extraordinárias, aliadas á grande dificuldade para obtenção de informação quantitativa credível, para a elaboração deste trabalho e por

consequência poder-se emitir uma opinião fundada em números sobre o facto ou tema em estudo.

O autor priorizou o tipo pesquisa qualitativa com maior enfoque na pesquisa documental e na explicação dos conteúdos das matérias em estudo.

Por isso, este trabalho poderá ter escassez de dados numéricos exactamente pela falta de informação e nos casos em que ela existe, é de difícil acesso, noutros casos, até podendo ser, não credível.

Trata-se de pesquisa bibliográfica e documental.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Finanças Públicas no Passado, Presente e Futuro

Para se entender o passado, o presente e o futuro, importa referir que a demanda de recursos tem implícita a existência de uma economia activa, isto é: segundo Silva (2018)

“... implica a existência de entes que geram tais recursos que são as empresas públicas, privadas e estatais; pessoas singulares e outras entidades.”

Não obstante, o conhecimento sobre o conceito de Finanças Públicas, outros conceitos puramente económicos são necessários para se fazer uma análise do que serão as Finanças Públicas no passado, no presente e no futuro.

Tais conhecimentos incluem a noção de Produto Interno Bruto (PIB) e do Produto Nacional Bruto (PNB).

Segundo Sousa (2016)

“PIB é a sigla para Produto Interno Bruto, que, em linhas gerais, é um indicador econômico bastante utilizado na Macroeconomia (ramo das Ciências Econômicas) que apresenta a soma de todos os bens e serviços produzidos em uma área geográfica em um determinado período (podendo

ser um ano ou um trimestre). Sendo assim, o PIB representa a dinâmica econômica do lugar, apontando o possível crescimento da economia.”

Segundo Ribeiro (2018)

"O Produto Nacional Bruto (PNB) faz referência à soma de todas as riquezas produzidas por uma nação/país durante determinado período, em território nacional ou não. As empresas que possuem filiais no exterior também são consideradas por esse indicador."

Finanças Públicas no Passado

Na introdução deste tema fez-se a divisão do tempo da evolução das Finanças Públicas e administrativa do poder em Moçambique, tendo se considerado a primeira etapa a que foi adoptada logo desde a fundação de um Moçambique independente (*às Zero horas do dia 25 de Junho de 1975*), quer isto dizer; na República Popular de Moçambique, de 1975 a 1990 imperava a ditadura popular. O Estado de Direito, onde imperam as leis, havia sido secundarizado imperando por isso, aquilo a que se chamava “*vontade popular*”.

Sendo assim, existia um grupo de indivíduos que ditavam o que é bom e o que não é bom, o que é necessário e o que não é necessário, o que é nefasto e o que não é nefasto para a sociedade e, por força disso, as decisões deste grupo se tornavam decisões do povo e eram manifestamente a vontade popular. (“Parte desta conclusão é encontrada no que seria uma espécie de acta da 8ª Sessão do Comité Central realizada em Maputo a 11 de Fevereiro de 1976 In <https://www.marxists.org/portugues/machel/1976/02/11.pdf>”)

Ora, as necessidades da sociedade eram determinadas por este grupo de pessoas e, não poderia haver ideias discordantes porque toda a ideia nesse sentido, o seu mentor era tido como reacionário e por consequência fuzilado sem apelo em agravo, diante das pessoas.

Por estas alturas, a orientação ideológica era a Marxista-Leninista e o sistema governativo era o socialismo. Neste sistema, os meios de produção eram detidos pelo Estado, por essa razão, as empresas privadas foram nacionalizadas as pessoas recebiam

apenas o que o regime do dia considerava suficiente para gerir a sua vida privada tendo sido implementada a **Lei** sobre o regime salarial.

È neste contexto, que as Finanças Públicas e a sua Administração tiveram a sua génese, as necessidades sociais eram definidas por este grupo de pessoas, a gestão dos fundos era feita por este mesmo grupo, a fiscalização das execuções era feita pelo mesmo grupo. Então o processo administrativo e de gestão era excessivamente centralizado.

Os direitos do individuo eram sujeitados ao colectivo, os direitos, liberdades e garantias individuais não existiam, existiam sim, a predominância da vontade colectiva definida por alguns sobre os direitos e liberdades individuais.

È sobre este pano de fundo que as Finanças Públicas se desenvolvem, sem cobranças de imposto porque segundo a teorização do sistema governativo, o imposto era obra do colono opressor.

Nesta condição, qual era a base de angariação das receitas?

As receitas eram obtidas directamente das empresas estatais pois, elas não visavam o lucro, mas sim visavam a garantia da sustentabilidade do governo e da realização dos projectos sociais.

Sendo que a gestão das empresas era feita por pessoas que não tivessem a competência necessária, por um lado e por outro lado porque as mesmas empresas não visavam o lucro, mas sim, a satisfação das necessidades populares, elas foram se tornando insolventes e paulatinamente foram decretando falência. Empresas como a Mabor, Vidreira, Cometal Mometal, Boror, Madal, Tudor, Texlom, Texmanta, Fasol, Ufa, Facobol, Soberana, as indústrias da área de fundição e tantas outras, foram sucumbindo lenta e progressivamente por força dos dois factos acima referenciados.

Como ilustrado, as Finanças Públicas nessa fase não tinham o papel relevante que hoje têm muito por força do sistema governativo ora vigente. Ademais, ninguém sabia o que foi colectado nem o que foi gasto para o serviço público.

Importando referir, toda a máquina administrativa da gestão das Finanças Públicas estava sobre a tutela do Ministério de Finanças que só cumpria os desideratos da “*vontade popular*”, as fontes de arrecadação das receitas eram as empresas estatais e o lado da realização da despesa estava encarregue a este grupo de pessoas que tinham a soberania e os destinos da nação nas suas mãos. Por último, competia também a este

mesmo grupo a fiscalização da implementação das medidas e políticas estabelecidas às pessoas que compunham ou detinham o poder totalitário.

No passado, embora os índices de corrupção não fossem tão altos como se vêem hoje, o processo de gestão das Finanças Públicas era gerido de forma não transparente e em volta a um secretismo.

Na primeira república de Moçambique a que vigorou de 1975 a 1990 altura em que estava vigente o regime socialista fundamentado na ditadura do proletário as Finanças Públicas não eram geridas de forma pública. Por este facto, este modo tinha as suas vantagens e as suas desvantagens ou limitações.

Por força destas condicionantes acima elencadas, da guerra pela democracia e da dinâmica social interna e internacional (derrocada do socialismo e fim da guerra fria), houve necessidade urgente e imperiosa de se mudar o regime governativo e dos sistemas sociais de desenvolvimento.

Daí que julgamos ter havido um período de ensaio de vários modelos de 1990 a 1994 período que não será abordado neste trabalho pelas razões já indicadas.

Finanças Públicas no Presente

Segundo julgamos, a segunda República é a que vigora de 1994 até aos dias de hoje, embora no decurso deste período tenham existido várias alterações à ordem política e ao sistema económico. Não pretendemos apagar da história o período de 1990 a 1994, achamos que a indefinição política, socio-económica e sistémica no quesito do tipo de regime social, que Moçambique vivenciou nesse lapso de 4 anos, poderá trazer interpretações erróneas e complexas para este trabalho.

Cinjamo-nos, portanto, nos 30 anos que decorrem de 1994 a 2024. Durante este período o sistema político é o multi-partidarismo, o sistema económico mudou para um sistema capitalista neo-liberal.

A indústria local, já por si eclipsada, fez com que a economia passasse a ser garantida pelo comércio e grandemente do tipo informal. É neste período que entram as multinacionais a operar nas várias esferas industriais do país. É também neste período que se começa a estabelecer princípios de coleta de impostos, a todos níveis para sustentar as acções governativas e dar espaço ao bem social.

Importa referir que no decurso deste tempo, o Banco Mundial (BM) através do Fundo Monetário Internacional (FMI) e de outras instituições do *Bretton Woods*, começam a subsidiar o orçamento do estado.

Paradoxalmente, muitas empresas do ramo industrial começam a operar no país, mas, mesmo assim, não se notava uma evolução no sistema de arrecadação de receitas muito por força do que muitos estudiosos da economia local apelidaram de evasão fiscal.

Segundo Carlos Nuno Castel-Branco:

“A Tributação do capital mantém estável a relação entre as elites políticas nacionais e o capital multinacional, mesmo que, a médio prazo, esta opção perigues as relações políticas e a estabilidade social doméstica”

Todavia, de alguma forma, as Finanças Públicas começaram a ter um desempenho significativamente melhor comparativamente ao período da primeira república até que as dívidas ocultas pejorativamente chamadas dívidas odiosas se tornassem um escândalo, nacional com proporção internacional o que obrigou ao FMI a parar de subsidiar o orçamento do Estado.

Actualmente, com a aprovação o PESOE 2025, denota-se incapacidade do Estado moçambicano em recrutar quadros no sector de Recursos Humanos para a Administração Pública no Geral, com excepção nas áreas de saúde, educação, justiça, etc.

Para o bom funcionamento da Administração Pública, é necessário uma motivação para os Funcionários e Agentes do Estado, implementando os actos administrativos. Desde o ano de 2021 em que não há benefício do mesmo. A qual, o Governo cessante (2020-2024), prometera que o mesmo iria ocorrer nos primórdios de 2025. Mas, o maior patrão do Estado moçambicano (Fundo Monetário Internacional) alegadamente proibira a execução do mesmo alegando que em primeiro lugar, o País deve para as horas extras dos professores e subsídios ao pessoal da Saúde. E, provavelmente haja actos administrativos no ano de 2026, caso o patrão não mude de ideia.

Com o advento da exploração do gás na bacia do Rio Rovuma em Cabo Delgado sobre o nome de *Mozambique Liquefied Natural Gas Project* (em português, Projecto de Gás Natural Liquefeito de Moçambique) vaticina-se que as Receitas Públicas irão crescer e por consequência existirá maior disponibilidade para a cobrir a Despesa Pública o que poderá melhorar o desempenho das Finanças Públicas em termos de satisfação das necessidades da sociedade.

Ora, analisando esta projecção, sem se considerar o dilema fundamental da economia, o das necessidades ilimitadas para serem satisfeitas por recursos escassos, leva a pensar que à medida que houver maior disponibilidade das receitas, haverá um crescente natural das necessidades.

Por outro lado, o pensamento da criação de um fundo soberano, deixa sérias dúvidas sobre o real ou sobre a efectividade do crescimento das receitas e consequente maior disponibilidade para o melhoramento do desempenho das Finanças Públicas.

Embora o quadro do desenvolvimento económico de Moçambique seja o mais promissor, ao considerar que as cláusulas contratuais dos benefícios que Moçambique tem dos mega-projectos, já desde a Mozal, passando pelo Gás de Panda sejam cobertas de grande secretismo é bastante difícil vaticinar ou prever o futuro das Finanças Públicas de Moçambique, ainda que os números possam mostrar certas tendências de grande esperança.

Com este *status quo*, voltamos à afirmação do Professor Carlos Nuno Castel-Branco sobre:

“o compromisso que as elites (entenda-se elites governativas) moçambicanas têm com as multi-nacionais que se sobrepõem aos compromissos dessas elites com a sociedade a quem juraram servir.”

Não obstante os indicadores indicarem uma tendência de crescimento das receitas, mesmo sem ter em conta os projectos do LNG *Liquefied Natural Gás*, as despesas crescem numa proporção maior o que leva a querer que o desempenho das Finanças Públicas pode estar refém de vários factores fora da verdadeira acção e actividade das Finanças Públicas.

Moçambique é um país que tem passado por transformações significativas em sua economia e finanças públicas, impulsionadas pela descoberta de grandes reservas de gás natural. No entanto, desafios como a dívida pública elevada, a corrupção e a má gestão financeira têm

impacto nas finanças públicas do país. É essencial entender o contexto atual das finanças públicas em Moçambique para projetar cenários futuros.

A perspectiva das finanças públicas em Moçambique para o futuro é desafiadora, mas também oferece oportunidades para o país construir um sistema financeiro mais robusto, transparente e voltado para o desenvolvimento sustentável. Para isso, é fundamental implementar reformas estruturais, combater a corrupção, investir em capital humano e promover a diversificação da economia. O futuro de Moçambique depende da capacidade do país em superar os desafios e aproveitar as oportunidades que se apresentam, construindo um sistema de finanças públicas que responda às necessidades da população e promova o bem-estar de todos.

CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

CONCLUSÃO

De concluir que, não é condição necessária e suficiente o alargamento da base da recolha da receita para garantir um desempenho das Finanças Públicas porque elas não dependem de uma única variável neste caso a receita, as Finanças Públicas pela sua definição, incorporam o lado da despesa que está intrinsecamente ligado ao lado da satisfação das necessidades.

Ora se considerarmos o pensamento segundo o qual, as necessidades são ilimitadas e os recursos escassos, pode vir a acontecer que de tanta carência de escolas em condições, de centros de saúde de qualidade e referência, lastimável rede rodoviárias e a deplorável condição humana a que cerca de 83% *(se considerarmos que a população moçambicana é de 30 milhões de habitantes e que cerca de 5 milhões vivem nas cidades)* da população está sujeita e exposta, então a disponibilidade de receita pode despoletar a vontade de resolver todos os problemas de uma só vez causando daí um efeito nefasto para as próprias Finanças Públicas.

Estamos neste momento, numa conjuntura político-militar bastante tensa, temos um dossier das tropas Ruandesas, temos a guerra de terror em curso, tudo isto, pode demandar despesas que podem ser inadiáveis e dessa forma, tornar ineficiente a actividade das Finanças Públicas.

O eficiente desempenho das Finanças Públicas prende-se ao melhoramento da base tributária, à organização estrutural dos órgãos das Finanças Públicas, à formação dos quadros, à eliminação do tráfico de influências no seio da Administração Pública, à eliminação das ordens

superiores e à implementação do verdadeiro Estado de Direito Artigo 3 da CRM; associado os artigos 1 (República de Moçambique), 2 (Soberania e Legalidade) nr.3 e 35 (Princípio da Universalidade e Igualdade) todos da CRM.

As Finanças Públicas são um dos ramos da gestão do bem comum mais complexo porque envolve dinheiros, pessoas, estruturas orgânicas e a obediência a leis específicas que conduzem ao desempenho eficiente da máquina executiva das Finanças Públicas.

Não basta ter uma base tributária bastante grande para considerar que as Finanças Públicas estejam a ser eficaz e eficientemente geridas e que estejam a produzir os resultados esperados.

Que atitude tomar diante deste emaranhado de problemas que não permitem às Finanças Públicas o desempenho suficiente para satisfação das necessidades sociais?

Importa referir que neste trabalho, a componente corrupção foi pouco ou quase não aflorada por uma questão estratégica de modo a que não se perdesse em vista outros factores estruturantes tais como os aflorados neste trabalho.

Talvez este não fosse o papel dos estudantes de Direito *per si*, mas, a economia no seu todo deveria se debruçar sobre este tema.

RECOMENDAÇÕES

Recomenda –se o Governo dia que:

- ✓ Olhe com seriedade s situação dos Funcionários e Agentes do Estado, no que tange a actos administrativo. Como é do conhecimento de todos que o Estado moçambicano é composto por três elementos a saber: Território (que pertence ao povo e que quem o representa o Povo deve zelar pelo mesmo), Povo (que es legítimo proprietário de tudo que existe no Território moçambicano) e o Governo (é quem tem a obrigação de satisfazer o Povo quem o legitimou para poder executar as tarefas mediante o superior interesse do Povo).
- ✓ Que o Governo do dia, preserve as riquezas devastadoras que Moçambique, para que num futuro próximo o mesmo deixe de depender do ocidente.

- ✓ Que haja a repartição de riqueza no País. Isto é, que haja igualdade de oportunidades entre um cidadão estrangeiro e um moçambicano e que no fim do dia, as receitas advindas das riquezas existentes no País sejam para fins de satisfazer as necessidades colectivas.
- ✓ Que haja separação de poderes entre o executivo e o poder judicial. Porque, não há transparência nos casos de penalização de infratores por dissipação de recursos financeiros, sobre tudo nas Empresas Públicas;
- ✓ Que o Governo admita mais Funcionários e Agentes do Estado e que haja também os actos administrativos para o bom funcionamento da Administração Pública a fim de cumprir com zelo e dedicação com a obrigação de satisfazer o Povo, a colectividade.

REFERÊNCIAS

Castel-Branco, C. N. (2017), Revisão e Reformulação da Estratégia de Redução da Pobreza - Apoio ao Desenvolvimento. Maputo: IESE.

Castel-Branco, C. N. (2015), Finanças Públicas em Moçambique: Desafios e Perspectivas. Maputo: IESE.

Combate às Desigualdades Sociais em Moçambique, in Revista Brasileira de Estudos Africanos, V. 2, n.º 4, pp. 114-140, Dezembro.

Dinâmica da Sustentabilidade das Finanças Públicas em Moçambique, Manoela Silvestre, Constantino Marrengula e Titos Quive, Editora UEM, 2012 Maputo Moçambique;

FMO, Desafios de Implementação das Políticas Públicas em Tempos de Crise, Maputo, Junho de 2022.

Finanças Públicas e Direito Financeiro, João Ricardo Catarino, Editora Almedina 2ª Edição, 2014, Portugal.

Manual de Finanças Públicas e Direito Financeiro, Teodoro Andrade Wate, Editora UEM, 2004. Catembe Moçambique;

Mosca, J. (2009), Finanças Públicas em Moçambique: Uma Análise Histórica, Maputo: IESE.

Ronguane, S. (2017). A Crise da Dívida Oculta em Moçambique: Impactos e Perspectivas de Recuperação. s.n

Rosário, L. J. C. (2016). Diversificação Económica em Moçambique: Desafios e Oportunidades. s.n.

Selemane, T. (2021). Desafios Contemporâneos das Finanças Públicas em Moçambique, Maputo: IESE.

SIÚTA, M., e MACUACUA, J. J. (2021). Desafios para Moçambique - 2021, IESE, 2021.

TIMBANE, A. A., e VICENTE, J. G. (2017). Políticas Públicas e Linguística: Estratégias e Desafios no Combate às Desigualdades Sociais em Moçambique, in Revista Brasileira de Estudos Africanos, V. 2, n.º 4, pp. 114-140, Dezembro.